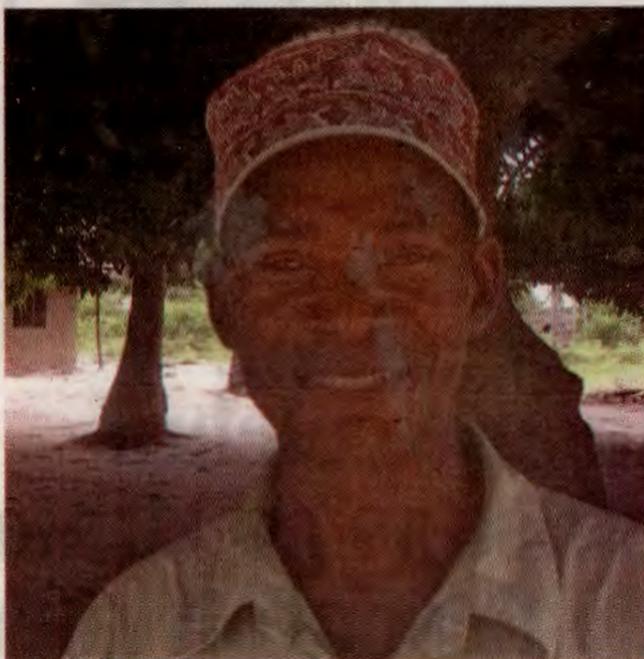


EXPLORAÇÃO DE GÁS NATURAL EM PALMA

Comunidades preocupadas com reassentamento

n JONAS WAZIR

AS cerca de 950 famílias residentes na aldeia de Quitupo, na península de Afungi, em Palma, estão apreensivas pelo atraso que se verifica na materialização da sua transferência para o local de reassentamento.



Luís Abdala, líder comunitário de Quitupo

Agastados, alguns populares advertiram os outros intervenientes no processo, nomeadamente o Governo e as multinacionais envolvidas, que não querem ouvir falar mais de reuniões se não for para anunciar que as casas já estão prontas.

Estudos técnicos indicam que Quitupo é espaço ideal para construção da fábrica de transformação do gás natural liquefeito (LNG).

Decorridos cerca de dois anos desde que iniciaram e terminaram as consultas públicas de auscultação e explicação das linhas gerais do projecto, a população considera que ainda não se vislumbram sinais que indiquem o início da construção da cidadela de reassentamento e atribuição de espaços destinados à prática de agricultura, uma das principais fontes da sua subsistência.

A população deixou transparecer este sentimento aquando da recente deslocação da nossa reportagem àquele ponto de Cabo Delgado, integrando a equipa da Plataforma da Sociedade Civil para Recursos Naturais e Indústria Extractiva, chefiada pela activista do Centro Terra Viva (CTV) Alda Salomão, com objectivo de proceder à monitoria de implementação do projecto LNG.

Na ocasião, Alda Salomão ouviu o sentimento de alguns elementos da comunidade, que não só lamentaram o atraso que se verifica do início do processo de reassentamento, como também se mostraram contra a alegada falta de transparência e diálogo permanente entre eles, o governo e as multinacionais como foi combinado nas reuniões de consulta pública.

A par deste sentimento, há também outros elementos da comu-

nidade apoiados pelos líderes comunitários que são aversos à realização de mais encontros para debate do "dossier" reassentamento, tanto por parte das instituições governamentais, assim como as outras da sociedade civil.

São famílias que foram informadas há cerca de dois anos, que ficarão sem as respectivas habitações, áreas de cultivo, entre outras benfeitorias porque residem no interior da área de sete mil hectares que o governo concessionou às empresas Anadarko, Eni East Africa e parceiros para desenvolver o projecto do gás natural.

As famílias que residem nas aldeias de Maganja e Senga foram informadas que vão perder somente parte das zonas agrícolas, enquanto as de Quitupo, em número de 950, ficarão sem as suas casas e áreas agrícolas, porque serão movimentados para uma cidadela

de reassentamento.

Segundo apurámos, o programa de movimentação daquelas comunidades está sendo efectuada em respeito à legislação nacional, tendo sido realizadas até à data pouco mais de três reuniões de consulta pública, com objectivo de auscultar as populações em relação à pretensão das multinacionais proponentes do investimento.

Mzé Kundambanda, que já pertenceu ao comité local de reassentamento, agastado com o tempo em que o processo está a durar, acusa o governo do distrito, as multinacionais e respectivos parceiros no empreendimento de estar supostamente a enganar os residentes de Quitupo.

Segundo disse durante o encontro com a equipa das organizações da sociedade civil, "o governo vendeu as nossas terras e as empresas não querem construir as casas que prometeram. Isso não está certo porque atropela a lei sobre o reassentamento".

Enquanto isso, Amade Nchamo Marizane, aldeão de Maganja, disse em entrevista ao nosso Jornal que os jovens daqueles povoados estão cansados de reuniões, tendo destacado que o que eles almejam são as oportunidades de emprego.

"Vocês da sociedade civil só nos querem fazer perder tempo, nós queremos emprego e não reuniões, essa coisa de reuniões deviam deixar para os políticos", disse Amade Marizane.

Nico Mateus, da aldeia Senga, uma outra comunidade vizinha de Quitupo onde a população será somente transferida das suas áreas agrícolas, foi da opinião que para além da atribuição de novas áreas para a prática da agricultura, as multinacionais devem investir na formação técnico-profissional dos seus filhos para trabalharem no

projecto de construção da fábrica de liquefação do gás e construir escolas e unidades sanitárias.

"Já mostraram o tipo de residências que vão construir para a população da aldeia Quitupo e para nós, daqui de Senga, dizem que não haverá necessidade de sermos transferidos, apenas vão abrir machambas noutras zonas, porque as nossas terras estão dentro do espaço atribuído a Anadarko e Eni, mas isso já não é suficiente. Também queremos escola e hospital", exigiu.

AUTORIDADES DESENTENDEM-SE COM A SOCIEDADE CIVIL

DURANTE a recente visita da Plataforma da Sociedade Civil para Recursos Naturais e Indústria Extractiva para a monitoria da implementação do projecto LNG, quase todos os líderes tradicionais das aldeias abrangidas pelo projecto "gazetaram" às reuniões solicitadas por aquele grupo.

Na aldeia Quitupo, por exemplo, o líder local, Luís Abdala, não quis receber o grupo, tendo justificado a sua atitude por alegada falta de autorização do chefe do posto.

Depois de telefonemas para obtenção da referida autorização, aquele aceitou receber os integrantes da plataforma, mas não se fez presente ao comício realizado na aldeia, porque tinha ido dar de comer aos seus cabritos.

"Eu sou líder deste povoado, sei o que estou a fazer. A população está cansada de ouvir coisas que



Encontro entre a Anadarko e a sociedade civil

não estão acontecer. Estas pessoas que dizem ser da sociedade civil sabem que o processo já está encerrado, falta apenas o governo e as empresas acordarem o início de implementação. Agora mais reuniões para quê?", questionou.

Aquela figura gentílica acusou a organização Centro Terra Viva (CTV) de estar a criar confusão na população, por alegadamente dar mostras de tudo estar bem encaminhado, mas que na prática nada acontece.

O mesmo aconteceu na aldeia de Senga, onde o respectivo líder, Tomas Peça Dindila, não permitiu que o grupo da sociedade civil se reunisse com a população, por alegadamente ter sido surpreendido pelos visitantes.

"Eu, na qualidade de líder deste povoado, não aceito ser surpreendido por qualquer que seja a pessoa. Sabiam que vinham para aqui e não me anteciparam porquê? Agora tenho um encontro com outra visita", disse Dindila, batendo com a porta. Segundo disse, pessoalmente não vê necessidade de reunir a população para falar sobre um processo que, segundo suas palavras, já foi encaminhado.

"Vivemos há cerca de três anos no meio da confusão. A gente discutia com o governo e empresas, no dia seguinte eles vinham à noite desinformar tudo quanto tinha sido

combinado", acusou Dindila.

Carlos Dias, da Agência de Desenvolvimento Local (ADEL), uma organização membro da plataforma, através da WWF, admite a hipótese de a população estar supostamente farta de reuniões, mas esclareceu que elas precisam de perceber bem o que é, na verdade, ser reassentada porque, segundo disse, trata-se de um processo novo no dicionário costumeiro e legal do país. "Nós estamos simplesmente para ajudar", explicou Dias.

Para Amade Marizane, aldeão de Maganja, os jovens daqueles povoados não estão mais interessados em reuniões, mas sim com oportunidades de emprego que reduziram drasticamente no início do ano passado. "Estes da sociedade civil só querem nos fazer perder tempo, o que nós queremos é emprego e não reuniões, essa coisa de reuniões deviam deixar para os políticos", sugeriu Marizane.

Entretanto, em entrevista-balanço do trabalho realizado em Palma, Alda Salomão disse que o que está a acontecer naquela região de Cabo Delgado é uma tentativa de alguns membros do governo de esconderem algo que ela disse não ter conseguido deduzir.

A nossa entrevistada disse que depois do fim das reuniões de consulta pública, cabia ao governo aprovar o plano de reassentamento

como manda a lei, para depois partilhar com as comunidades e demais interessados, para eles estarem a par do que foi aprovado, facto que, segundo ela, não aconteceu.

"Isso constitui uma grave violação do Direito à Informação, o rigor que se exige neste processo não deve ser opcional, deve haver transparência. Foi discutida muita coisa nas reuniões públicas, agora que o plano foi aprovado, por que razão os visados não podem saber-se o que exigiam está acautelado?" questionou Alda Salomão.

Para ela, a falta de transparência por parte do governo em relação a este caso é o principal problema com que sua organização se bate. "Como deve ter visto, chegamos nas aldeias, mas, volta e meia, há uma ordem do distrito para que os líderes não deixassem entrar. Onde está o mal, que nós, da sociedade civil, cometemos. Chamar atenção de que olha, é preciso respeitar a lei é estar contra o governo?", questionou Salomão.

Num outro desenvolvimento, disse que a avaliar pelo alegado nível de secretismo que gira à volta do processo, um dia o governo pode anunciar que iniciou com o processo de transferência das comunidades sem lhes ter preparado primeiro, o que, na sua opinião, significará desrespeitar os princípios básicos dos Direitos Humanos.